

**Uma conversa sobre avaliação psicológica na infância e na adolescência  
com a Profa. Dra. Karina Oliveira**

*Helena Oliveira Coelho<sup>1</sup>*

*Karina da Silva Oliveira<sup>1</sup>*

**Resumo**

Esta entrevista com a convidada Profa. Dra. Karina da Silva Oliveira, realizada em 2 de setembro de 2021, teve como tema central a avaliação psicológica na infância e na adolescência, abordando assuntos desde a contextualização da área até tópicos relacionados à prática clínica e aos aspectos éticos envolvidos no processo.

**Palavras-chave:** Avaliação psicológica; infância e adolescência; aspectos éticos.

**A conversation about psychological assessment in childhood and adolescence with Prof.  
Dr. Karina Oliveira**

**Abstract**

This interview with guest Prof. Dr. Karina da Silva Oliveira, held on September 2, 2021, had as its central theme the psychological assessment in childhood and adolescence, addressing issues ranging from the contextualization of the area to topics related to clinical practice and the ethical aspects involved in the process.

**Keywords:** Psychological assessment; childhood and adolescence; ethical aspects.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais



## Introdução

A avaliação psicológica, em específico na infância e na adolescência, é um campo de atuação relevante da Psicologia. Com significativa demanda e com a necessidade de profissionais capacitados na área, ainda pouco se discute os cuidados necessários para uma prática ética e bem-sucedida (Oliveira et al., 2021; Zanini & Muniz, 2021). Assim, com o objetivo de ampliar essa discussão e promover reflexões a respeito dessa prática profissional, convidei a Profa. Dra. Karina da Silva Oliveira, psicóloga, mestre, doutora em Psicologia, com pós-doutorado em Avaliação Psicológica, para debater o assunto.

**Helena Coelho (H):** Boa tarde, professora Karina. É um prazer recebê-la aqui para essa conversa. Acho que seria interessante começarmos a entrevista com uma contextualização do tema. O que é avaliação psicológica e quais as possibilidades dentro dela?

**Profa. Karina Oliveira (K):** Boa tarde, Helena. O prazer é todo meu. Só disso já daria uma conversa gigante. Historicamente, a área da avaliação psicológica é a mais antiga. Especialmente porque quando falamos de técnicas de avaliação psicológica, os primeiros filósofos da Psicologia já usavam a observação, a quantificação de comportamento, e esses são recursos que usamos até hoje nos processos avaliativos. Então, técnicas de avaliação psicológica e história da Psicologia são temas fundidos. Hutz (2015) traz um exemplo disso, ao apontar que testagens já aconteciam há mais de 2 mil e duzentos anos na dinastia Han (206 a.C.), na China, de forma que mesmo que ainda não com a mesma especificidade, os recursos hoje utilizados na avaliação psicológica existem há muito tempo. O processo de construção dos testes é muito trabalhoso, pois é necessário buscar validade, evidências científicas de que o instrumento é bom para aquilo que se propõe. E, com isso, há muito investimento de pesquisa em testagem, o que explica a confusão de muitas pessoas entre esse recurso e a avaliação em si. Isso é visível, inclusive, nas faculdades de Psicologia, em que o ensino de avaliação é ensino da testagem de comportamentos, pensamentos e cognições. E isso se torna um ‘problemão’, porque a orientação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), principalmente como frisado na ‘Cartilha sobre Avaliação Psicológica’ (2007), é que esse é um processo técnico e científico, que tem como objetivo fundamentar a intervenção ou a tomada de decisão. Denomina-se processo, porque tem que ser algo ampliado, não pode ser só a testagem, é o conjunto de técnicas e estratégias de avaliação para garantir que conheçamos um fenômeno específico e, a partir dele, possamos entender o funcionamento do indivíduo ou

de um grupo, e só então tomar a decisão. Alguns estudantes de Psicologia relatam não se interessarem por avaliação psicológica, pois não gostam de testes, mas se entusiasmam por áreas como, por exemplo, a Psicologia Social. Porém, veja bem, na Psicologia Social usam muitas ferramentas de avaliação psicológica: quando se faz uma observação participante, quando se usam estratégias etnográficas, estão sendo usados recursos de observação e compreensão de um comportamento de modo a justificar um funcionamento de um grupo, e isso é avaliação psicológica. Nesse caso, não se usa um teste, mas tem avaliação em contexto social, e isso acontece com outras áreas também. Então, quando a gente pensa nesse processo histórico e traz à luz a resolução do CFP (2003a) e o que é proposto como avaliação, é uma área que faz interface com todas as áreas de conhecimento da Psicologia. Para justificar um comportamento humano, a pessoa precisa saber de desenvolvimento, entender o contexto, fazer uma boa leitura dos comportamentos (sejam explicados pela teoria comportamental, humanista, psicanálise ou outra), ou seja, tem intersecção com tudo. Avaliação é um processo ampliado, ao passo que a testagem é uma das técnicas que são utilizadas. Dentro do emprego da avaliação psicológica, pode-se ter uma avaliação mais clínica que verifica se existem quadros específicos que justificam um comportamento, se tem ou não quadro psicopatológico - esse tipo de avaliação se chama psicodiagnóstico, porque visa a compreensão de um quadro específico. Podemos ter também as avaliações compulsórias, como exemplo para obtenção de carteira de motorista. Além de outras, como as avaliações para posse de arma, para concursos públicos, para algumas cirurgias, como a bariátrica, entre outras. A depender do contexto, teremos características específicas do processo de avaliação psicológica, mas, independentemente do lugar, é preciso ter justificativas que fundamentem a tomada de decisão sempre.

**H:** Quais as particularidades de fazer um processo de avaliação psicológica em crianças e em adolescentes?

**K:** Quando se trabalha com esse público, há situações específicas que exigem condutas condizentes com a circunstância. Vamos pensar aqui no contexto da clínica, porque ele é mais fácil de criar a linha de raciocínio, mas poderíamos transpor essas ideias também para outros ambientes, como o hospitalar ou o escolar. Quando comparamos o atendimento infantil ao do adulto, a primeira coisa que se destaca é que, no caso dos adultos, normalmente, foi essa pessoa que te procurou: partiu da vontade dela ou de um encaminhamento do psiquiatra, mas, de toda forma, ela é participante ativa da relação, ela faz parte da decisão. Até podemos entrevistar outras pessoas no processo, mas será mais por coleta de dados do que por

vínculos estabelecidos, porque a avaliação se estabelece em uma relação bipessoal. No caso de crianças e adolescentes, essa relação já costuma ser uma tríade, primeiro porque essas pessoas não costumam tomar parte da decisão de buscar ajuda psicológica - em geral, quem decide são os pais, por conta própria ou por indicação da escola. Então, a relação toda com o avaliado é mediada pelos responsáveis por ela, de forma que não é mais somente o psicólogo e o avaliado, agora passa a ter também os responsáveis pela criança. Isso já é uma diferença importante, porque muda completamente a posição de trabalho do psicólogo: ele precisa entender quem é essa família que procura o atendimento, já que a criança que está sendo avaliada faz parte desse contexto. Tudo que for compreendido sobre a criança também diz respeito à família, que também é fonte de coleta de dados, então, são muitos papéis compartilhados. E, além dessa questão dos lugares/papéis que cada um vai ocupar dentro do processo, há outras questões importantes a serem destacadas. Por exemplo, a depender das características da família ou exigências da escola, podem vir para o processo de avaliação psicológica da infância e da adolescência queixas que são desenvolvimentais, retomando o que falamos sobre essa área fazer intersecção com tantas outras. Isso porque tem comportamentos que são esperados como típicos de cada fase, e o psicólogo precisa saber explicar que não é o momento de avaliar tal queixa. Um exemplo comum é a preocupação dos pais durante a pandemia por perceberem que os filhos de 3, 4 anos não conseguem assistir à aula toda sentados na frente do computador, mas nessa faixa etária esse é o comportamento esperado. Assim, o psicólogo precisa fazer esse equilíbrio e alinhamento com a família, que não daria para investigar um diagnóstico de TDAH nessa idade. Então, tem a questão desenvolvimental importante, mas também aspectos culturais, porque cada família compartilha valores, crenças, características culturais e tudo isso pode influenciar a queixa. Uma família que está acostumada com atividades caseiras pode estranhar comportamentos e atividades mais sociais e isso influenciar a forma como a criança/adolescente se comporta e o seu perfil, possivelmente prejudicando socialmente a pessoa, mas porque é uma característica compartilhada daquela família. Ou seja, tudo isso impacta nos processos de coleta de dados para entender o funcionamento da criança/adolescente, podendo incluir ainda, como fontes de informação, pessoas para além dos responsáveis legais, como os avós ou outros cuidadores que passam mais tempo com as crianças.

**H:** E é importante também o papel da escola, né? Principalmente pensando que muitas vezes o encaminhamento parte de uma queixa escolar, porque é onde passam mais tempo e,

consequentemente, é um local comum de se aparecerem os comportamentos que podem ser suspeitos de alguma coisa.

**K:** Isso é muito importante, porque nos atentamos para os diferentes pontos de vista: o olhar da mãe é diferente daquele do pai, do irmão, e dos professores, então, ter essas fontes pode ser essencial para entender bem o caso, porque são olhares específicos para aquele objetivo que eles se relacionam com a criança. Voltando ao exemplo da queixa de dificuldade de atenção: se você falar com a professora, você pode ter informações muito mais valiosas do que conversar com a mãe que fica com o filho só no fim do dia. Ou então pensando nas configurações familiares, quando se trata de crianças/adolescentes cujos pais são divorciados e um cuida durante a semana e o outro no final de semana, essas duas fontes terão visões e informações muito diferentes sobre os comportamentos dos filhos. Sem contar que a escola é um lugar fantástico para observar diversos comportamentos, como os de habilidades sociais, as competências socioemocionais e as próprias habilidades acadêmicas. Dentro de uma turma, podemos observar até se o desempenho é aquém ou além dos colegas, de acordo com o que é esperado para a faixa etária.

**H:** E qual a especificidade ética nesses processos com crianças, se comparados à ética profissional “geral” exigida do psicólogo?

**K:** Bom, os aspectos éticos são inegociáveis, então, quando a gente pensa no código de ética do psicólogo (CFP, 2005), do ponto de vista geral, há uma série de competências exigidas para todos os psicólogos, que são os princípios fundamentais, que perpassam qualquer tipo de avaliação psicológica. Citarei dois dos mais importantes: a busca pelo aperfeiçoamento, pela excelência naquilo que faz (princípio fundamental IV); e somente assumir responsabilidades para as quais se tem capacidade (artigo 1º, alínea b). Por exemplo, eu posso desenvolver competências necessárias para um caso que no momento não estou pronta para lidar, mas busco por supervisão, faço um grupo de estudos, e um dia, quando eu estiver mais preparada, poderei assumir um caso similar. Bom, esses dois princípios são fundamentais, inegociáveis e perpassam todas as faixas etárias, mesmo quando comparados com o código de ética internacional, como a Associação Americana de Psicologia (APA). Alguns aspectos diferenciam a conduta para com a criança e para com o adolescente, começando pelo fato de que quando pensamos na vinda de um adulto, ele vem espontaneamente. Já no caso das crianças, muitas vezes não só não parte delas como a família ainda pede para não incluí-la no processo, no sentido de pedir para a psicóloga não explicar o

que vai ser feito, de falar para a criança que vai no médico ou ‘na tia’ para brincar. E em alguns casos temos até compaixão pela família pela falta de assertividade para lidar com o tema e alguns profissionais até compactuam e não contam. Mas quando olhamos para o código de ética, tanto o nosso, como o internacional, a gente tem uma instrução clara de que nunca vamos prestar nosso serviço sem informar o que estamos fazendo de fato, então não dá para falar que somos ‘a tia que vai brincar’, porque, mesmo sendo criança ou adolescente, a pessoa tem pleno direito de saber que está passando por uma avaliação psicológica e entender o que isso é, sendo necessário que o psicólogo passe essa informação com uma linguagem adequada, que será compreensível para a pessoa. Nessas comparações, instituições como a APA dizem que sempre que formos solicitados por terceiros a realizar qualquer serviço, nós temos que esclarecer desde o primeiro contato com o avaliando o que estamos fazendo ali, deixando claro o que estou fazendo e o propósito daquilo. Um exemplo prático: “eu sou psicóloga. A psicóloga trabalha com comportamento humano, buscando compreender por que as pessoas agem como agem, e a gente vai ter alguns encontros, porque seus pais me falaram que você tem dificuldades na escola e a gente quer entender melhor por que isso acontece, e isso se chama avaliação psicológica”. Isso é tão importante que essa mesma condição também está descrita no código de ética da Associação Americana de Pediatria, porque a criança precisa saber o que está sendo feito com ela, mesmo em procedimentos de saúde. Todos os outros aspectos éticos direcionados à avaliação psicológica também são compartilhados com esses casos, como fazer escolha de teste que seja apropriado para a idade. Outra coisa que sempre gera dúvida é em relação à guarda do sigilo, porque, às vezes, temos informações de natureza muito sensível, como casos de violência, abuso e outras vulnerabilidades às quais a criança pode estar exposta. E, nesse cenário, precisamos ter todos os cuidados com essa criança e esse adolescente, entender que devemos compartilhar com os responsáveis todas as informações para garantir a segurança e a saúde da criança. Às vezes, nos vemos em uma situação que, por exemplo, o adolescente compartilha que está sofrendo *bullying*, ou foi violentado por um parente, e ficamos sem saber o que fazer. Pela ética, devemos comunicar essas informações para garantir o bem-estar, a segurança física e de saúde do paciente. Lógico que nossa postura será ajustada a depender de quem é esse agressor, porque pode ser a própria pessoa que levou ao consultório, aí não podemos informar a ela que a criança ou o adolescente levou essa questão para a conversa, devemos procurar outras formas de garantir esse cuidado dela.

**H:** Isso que eu ia perguntar. O que a gente faz quando essa pessoa que leva é justamente a pessoa que causou o trauma? Quais são as medidas que o psicólogo deve tomar?

**K:** Na situação imediata, é entender a situação de risco que a criança está naquele momento. Se a pessoa que está acompanhando é o agressor, devemos perguntar e buscar saber quem mais existe de suporte de emergência para aquela criança naquele momento, e então fazer o contato com essa pessoa de referência que vai ser mais protetiva. Além disso, precisamos ter tudo muito bem documentado, do ponto de vista de fala da criança ou de registro letra por letra, transcrição, ou gravação das sessões, além de evidências colhidas na hora, porque tudo isso será considerado na apuração dos fatos. O trabalho em rede aqui é fundamental, é possível que a primeira instância a ser chamada seja o Conselho Tutelar, então entregar a criança para alguém de segurança, fazer o contato com o Conselho, encaminhar o que tiver e dar início ao processo. Dependendo do caso, juntar-se à criança acompanhada de alguém de referência para fazer outros trâmites jurídicos que forem necessários. É responsabilidade do psicólogo fazer a denúncia, quando for o caso.

**H:** E no caso de a escola ser a solicitante e nos depararmos na avaliação com um dado que é relevante, mas sensível. Como fazer o tratamento desse dado?

**K:** Ótima pergunta, porque estávamos falando aqui que podemos quebrar o sigilo quando é para garantir a segurança e o bem-estar da criança. Quando temos a solicitação da escola, é natural pensar que deveremos encaminhar um documento e/ou fazer uma devolutiva para os membros dessa instituição. Mas o mesmo princípio que diz que podemos quebrar o sigilo para garantir a segurança dessa criança, se aplica nesse contexto também, em relação ao que não dizer. Por exemplo: um caso grave de uma adolescente que sofreu abuso sexual e mudou drasticamente sua postura na escola, tanto social como academicamente, e isso levou a escola a encaminhar a pessoa para avaliação psicológica. Nesse caso, devemos pensar: essa informação vai ser necessária em que medida para a escola, qual será o uso que farão desses fatos? É suficiente dizer que a pessoa sofreu um evento traumático que está afetando seu desempenho escolar? Às vezes, isso é muito mais protetivo do que informar a escola sobre tudo com detalhes, porque, do ponto de vista ético, o sigilo é guarda do psicólogo, não das outras profissões, então, por mais que caracterizemos a informação como sigilosa, a escola não está comprometida com a garantia do sigilo dessas informações, porque cada profissão e cada área tem um código de ética. Ou seja, friamente olhando para a questão, a escola não tem obrigação – além de moral, como um regimento – de guardar aquela informação, então é

responsabilidade do psicólogo entender o que de fato vai compartilhar, sobretudo em documentos. Esse princípio que está no código de ética (CFP, 2005) deixa claro que devemos informar apenas o essencial para garantir que as ações tragam segurança, benefícios, desenvolvimento de saúde e personalidade. Do ponto de vista da compreensão sobre o comportamento, todo dado é importante para a gente, mas nem tudo que é importante para a gente no processo avaliativo tem que ser compartilhado com outros contextos.

**H:** Você acha que tem algum tipo de perfil para quem deseja se especializar em avaliação com esse público infanto-juvenil?

**K:** Com certeza tem. Pensando na avaliação com crianças, é importante que o profissional saiba falar uma linguagem acessível. Não adianta chegar com a criança no consultório, colocar ela sentada e dizer “seja bem-vinda, estamos aqui para realizar uma avaliação psicológica, esses serão os instrumentos que utilizaremos hoje”. Isso não faz o menor sentido para esse público, então, o psicólogo precisa estar disposto a sentar no chão, a brincar de massinha, a mexer com tinta, a buscar se atualizar dos interesses infantis, etc. E tem que saber falar a linguagem específica de cada faixa etária, como, por exemplo, com pré-adolescentes, que têm interesses que mudam muito rapidamente e são muito influenciados pelo grupo, então, temos que ir acompanhando com rapidez as tendências do momento. Até alguns anos atrás, ter um videogame no consultório era pouco necessário, hoje em dia, pode ser uma ferramenta muito útil para avaliar comportamentos atencionais, processos cognitivos e do funcionamento geral da criança. Então, essa pode ser uma característica importante para o profissional, que saiba usar tecnologia (videogames e aplicativos em celular), porque isso pode ser uma forma importante para criar vínculo e pode favorecer a atividade com a criança e a observação. Exemplo: uma criança considerada super introvertida, não socializa com ninguém e “não tem amigos”, mas quando vemos ela jogando on-line, ela é super comunicativa com os colegas de time em jogos cooperativos e isso é uma informação muito importante para entender o funcionamento da criança. Uma outra característica, mais relacionada às nossas competências profissionais do que com a relação direta com a criança, é essa leitura crítica das ferramentas e estratégias com as quais podemos fazer a avaliação. Então, quem for trabalhar com avaliação psicológica com esse público precisa saber muito bem de psicometria, para saber se o que estamos utilizando é de fato adequado para avaliar o fenômeno que estou buscando. Ou seja, compreender as tabelas normativas, fazer aplicações desses conceitos para as necessidades do meu avaliando, fazer essa integração de informação é super fundamental, o psicólogo precisa ser capaz de fazer isso com muita leveza e

competência acadêmica. Saber olhar de forma integradora para o desenvolvimento é bastante importante. Em resumo, o perfil é muito específico no sentido de que precisa ter essas características, mas ainda é ampliado em relação à gama de características que precisam ser apresentadas: tem que curtir de animes a dinossauros, de psicométrica e a desenvolvimento.

**H:** Mas então você acha que o perfil necessário é mais uma questão técnica e acadêmica do que um tipo de “personalidade”, digamos assim, de características pessoais? É no sentido de estar preparado para a função e não de ter naturalmente alguma característica necessária para a função?

**K:** Sim. Eu posso, por exemplo, falar numa boa sobre jogos diferentes e ainda assim ter um tipo de vestir e de estar que seja mais voltado para o profissional do que para o infantil. E, obviamente, não vai adiantar nada saber os animes e os dinossauros e não ter conhecimentos acadêmicos, porque esse último é o fundamental.

**H:** Qual a importância de se estudar sobre ética em avaliação psicológica na graduação em Psicologia? Isso vale para qualquer estudante ou só para os que desejam se especializar na área?

**K:** Olha, existem alguns artigos que foram publicados nos últimos anos que falam muito sobre a importância do ensino da ética em Psicologia. Em especial, duas revisões: 1) Zaia, Oliveira e Nakano (2018), que avalia a seção ‘processos éticos’, de 26 edições do Jornal do Federal (CFP), a qual indica o nome do psicólogo, o CRP de origem e qual falta ética foi cometida, dizendo também qual foi a compreensão do Conselho (se consideram que houve mesmo falta, ou não, e até se é necessária uma censura pública, nota de repúdio ou suspender o direito do psicólogo trabalhar). Ao analisar o conteúdo, percebemos que, em sua maioria, os processos éticos são relacionados a laudos mal elaborados e processos de avaliação psicológica. 2) Monalisa Muniz (2018) publicou também uma revisão desses processos, mas com recorte para o estado de São Paulo, descobrindo que esse padrão se repetiu. Então, pensando no que você perguntou sobre a importância da ética, como a variedade de faltas éticas perpassam desde a violação de direitos humanos até aspectos de avaliação psicológica, então, o ensino da ética é fundamental na formação do psicólogo. Tratamos de vidas, com aspectos sensíveis e delicados, então, é importante que tenhamos condutas que sejam mantenedoras dos direitos, que sejam garantias de acesso a informações adequadas e científicas, que cuide desse indivíduo que está ali sob nossa responsabilidade. Sobretudo quando fazemos avaliação psicológica, porque o processo não se encerra no momento que a

gente entende o caso, e sim quando fazemos a devolutiva e entrega o documento, então, a escrita precisa ser tão ética quanto o processo. Por isso, entender e usar a ética é fundamental para a formação do psicólogo no geral.

**H:** E você tem uma hipótese de por que é principalmente na avaliação psicológica que ocorrem as faltas éticas?

**K:** Eu acho que tem duas questões importantes: 1) Tem a ver com a formação dos profissionais, porque, como eu disse no começo da nossa conversa, a gente tem um processo histórico que coloca a avaliação como sinônimo de testagem. Então, muitas vezes o processo de avaliação psicológica é mal elaborado, porque foi pensado de forma errada: o psicólogo pegou uma meia dúzia de testes, apontou os resultados e tratou aquilo como um processo completo, mas não foi. Faltou toda a delicadeza da integração das diferentes fontes, das justificativas fundamentadas na literatura desenvolvimental, da literatura que tem a ver com os processos de funcionamentos sobre aqueles fenômenos que foram avaliados, tudo isso acaba ficando para trás. Então, do ponto de vista da formação acadêmica, seria muito importante que deixássemos de ter um ensino tecnicista em que a gente só ensina a aplicar, corrigir e interpretar resultado em tabela, mas, além disso – e não eliminando isso, a gente ensine que o processo de avaliação é de fato um processo, é dizer que para fazer uma boa avaliação psicológica é necessária uma boa anamnese, uma boa entrevista, uma boa observação, que os dados da testagem precisam apontar para consistência ou inconsistência desses dados, que a gente precisa entender o indivíduo num contexto mais ampliado, para que de fato a interpretação dos resultados apontem para justificativas adequadas. Então, isso tem a ver com formação. 2) Outra razão é pela produção de provas contra nós mesmos. Se eu fiz um processo de testagem e entendi que isso era avaliação psicológica, conseqüentemente, o laudo ou os documentos que produzi vão apontar para essa incoerência de atitude. Assim, vou mostrar para o leigo que de fato não houve um processo de avaliação e que as informações estão mal organizadas, uma vez que foi mesmo mal organizado. E, diante das duas situações, eu volto na questão do ensino e da atualização e aperfeiçoamento que citei lá no começo, e todos aqueles princípios éticos que estávamos dizendo. Se eu tenho uma formação tecnicista, mas as resoluções mais recentes apontam para uma avaliação psicológica mais integradora e processual, que entende outros aspectos que não só a testagem, eu preciso me atualizar e isso deve se tornar parte da minha prática. E, como consequência, os documentos que vou produzir vão fazer jus a esse processo todo e não serão antiéticos.

**H:** Para os nossos leitores que querem aprofundar no tema de ética em avaliação psicológica, quais obras ou artigos você indica?

**K:** Uma das coisas que acho que valem muito a pena é ler o código de ética da nossa profissão (CFP, 2005), porque, apesar de extenso, é riquíssimo. Outra coisa muito válida é ler a Declaração dos Direitos Humanos, porque sabemos que existe, gostamos de dizer que nos pautamos nela, mas nem todos leem de fato. E para entender de forma mais ampliada, ver o que outros lugares – que não o Brasil – orientam sobre o assunto. Se você tem afinidade com uma cultura ou país, leia as normas éticas da profissão nesse lugar, para te contextualizar e entender melhor. Além disso, pensando na consequência das faltas éticas, indico os dois artigos que comentei: Zaia et al (2018) e Muniz (2018). Ainda na revista ‘Psicologia, ciência e profissão’, edição de 2018, e junto com outros artigos, o texto de Bueno e Peixoto (2018), que fala sobre as ponderações da avaliação psicológica no país, por que o Satepsi<sup>2</sup> foi importante, o que a gente ganha com as novas resoluções, por que fazer o processo de avaliação dos testes como se faz do Brasil é importante para garantir a qualidade desses materiais, etc. Por fim, o livro ‘Psicodiagnóstico’, de Hutz et al (2016), diz sobre nuances dos aspectos da relação com as crianças e os adolescentes, pensando no psicodiagnóstico propriamente dito. Essas referências acho que são valiosas para aprofundar nesses temas, bem como a leitura de dossiês do CFP sobre avaliação psicológica.

## Referências

- American Academy of Pediatrics. (2010). Ethic for the pediatrician. Illinois: AAC.
- American Psychological Association. (2002). Ethical principles of psychologists and code of conduct. *American psychologist*, 57(12), 1060-1073.
- Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris.
- Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 108-121. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003). Resolução CFP nº 002/2003. (2003b). Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003). Resolução CFP nº 007/2003. (2003a). Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2005). Resolução CFP nº 010/2005, Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2007). Cartilha avaliação psicológica. Brasília, DF: CFP.
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. In C.S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.). *Psicometria* (p. 11-21). Porto Alegre: Artmed.
- Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., & Krug, J. S. (2016). *Psicodiagnóstico: Avaliação Psicológica*. Artmed Editora.

---

<sup>2</sup> O SATEPSI foi criado com o objetivo de avaliar a qualidade técnica e científica dos instrumentos psicológicos para uso profissional (CFP, 2003b).

- Muniz, M. (2018). Ética na Avaliação Psicológica: Velhas Questões, Novas Reflexões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 133-146.
- Oliveira, K.S., Campos, C.R., & Peixoto, E.M. (2021). Avaliação de multitraços e por multimétodos em crianças e adolescentes. In: M. Muniz, M. Mansur-Alves, D.S. Zanini, & M.N. Baptista (orgs.) *Avaliação psicológica em crianças e adolescentes* (p. 131-150). Editora Vozes.
- Zanini, D.S., & Muniz, M. (2021). Aspectos éticos na avaliação psicológica de crianças e adolescentes. In: M. Muniz, M. Mansur-Alves, D.S. Zanini, & M.N. Baptista (orgs.) *Avaliação psicológica em crianças e adolescentes* (p. 183-198). Editora Vozes.
- Zaia, P., Oliveira, K. D. S., & Nakano, T. D. C. (2018). Análise dos processos éticos publicados no *Jornal do Conselho Federal de Psicologia*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 8-21.

### **Sobre os autores**

**Helena Oliveira Coelho**, (ORCID: 0000-0003-4272-9070) Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais, com ênfase em Processos de Desenvolvimento e Avaliação Psicológica. Experiência em iniciação científica no Laboratório de Estudos sobre Comportamento, Cognição e Aprendizagem e no Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde. Monitora na disciplina de Técnicas de Exame Psicológico. Atua na área de Psicologia Organizacional e Orientação Profissional e de Carreira. Endereço eletrônico: [helena.oliveira.coelho@gmail.com](mailto:helena.oliveira.coelho@gmail.com)

**Karina da Silva Oliveira**, (ORCID: 0000-0002-5301-7012) Psicóloga, mestre e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pós-doutorado em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento da Universidade Federal de Minas Gerais. Investiga temas relacionados à avaliação psicológica, construção de instrumentos, infância e adolescência e Psicologia Positiva.

**Recebido em:** 21/08/2022

**Aceito em:** 26/06/2023

**Publicado em:** 07/12/2023